



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2015

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

HORA DE ABERTURA: 9h30m

PRESENCAS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Manuel Augusto Almeida Leitão (PSD), José Baltazar Cardoso Correia (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo em substituição de Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Fernando Pinto Duarte em substituição de Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, em representação da Câmara Municipal, e os Srs. Vereadores Francisco José de Matos, Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Rogério Fernandes Duarte.

LOCAL: Centro Social de Vila Maior.

FALTAS: Mário António de Almeida (PSD), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD) e Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD) por motivos profissionais.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS

1 – Período antes da Ordem do Dia.

2 - Período de Intervenção do Público.

3 - Assuntos da Ordem do Dia:

- 3.1** - Análise da Informação sobre a “Atividade e Situação Financeira do Município”;
- 3.2** – Análise dos “Relatórios de Acompanhamento do PAEL respeitantes ao 2.º e 3.º trimestre de 2015”;
- 3.3** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Definição da Taxa Municipal dos direitos de passagem para o ano de 2016”;
- 3.4** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração à Tabela de Taxas e Licenças”;
- 3.5** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis”;
- 3.6** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Partido Social Democrata (PSD) sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis”;
- 3.7** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Documentos Previsionais para 2016”;
- 3.8** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Delegação de Competências para autorização de assunção de compromissos plurianuais”;
- 3.9** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Abertura de procedimento concursal na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para um lugar de assistente operacional – coveiro”;
- 3.10** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Contratação de Empréstimo a curto prazo para o ano de 2016”;
- 3.11** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Proposta de lançamento da derrama a cobrar em 2016”;
- 3.12** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Participação no IRS para 2016”;
- 3.13** – Constituição de grupo de trabalho para reativação do Conselho Municipal de Segurança.

Correspondência recebida:

Publicações:

- Jornal “Voz das Misericórdias”, referente aos meses de setembro e outubro de 2015;
- “Ecos da Gravia” referente aos meses de setembro e outubro de 2015;
- Jornal “Associação” referente ao mês de novembro de 2015;
- Jornal do STAL referente ao mês de setembro de 2015.

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**Mails:

- Do Deputado Municipal Alberto Paulino, Presidente da União das Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões, datado de 12.09.2015, referente a substituição na sessão da Assembleia Municipal;
- Do Deputado Municipal André Matias de Almeida, datado de 13.09.2015, referente a substituição na sessão da Assembleia Municipal;
- Da Fira de Lleida, datado de 24.09.2015, referente a Municipália 2015;
- Da Câmara Municipal de Gondomar, datado de 09.11.2015, referente a Semana Social Gondomar a Inovar 1.0.
- Da Deputada Municipal Maria Ester Vargas, datado de 19.11.2015, referente a pedido de inclusão de ponto na Ordem de Trabalhos;

Ofícios:

- Da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, datado de 09.10.2015, referente a “Semana Europeia da Democracia Local 2015. 32.º Aniversário da Carta Europeia de Autonomia Local;
- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, datado de 23.11.2015, referente a “Sessão Ordinária do mês de novembro de 2015”.

APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 14 DE SETEMBRO DE 2015:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as atas das sessões referidas em epígrafe, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto das mesmas haver sido distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do Período Antes da Ordem do Dia, para discussão de assuntos de interesse local, começando por dar a palavra ao Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) cuja intervenção a seguir se transcreve: “Bem-vindos a Vila Maior! Esta é a segunda vez que se realiza uma sessão da A.M. em Vila Maior. A primeira foi em 12/09/1996. Há quem diga, quiçá em tom jocoso, que esta freguesia não é Vila nem Maior. Não almejamos a ser Vila e, quanto ao território, apenas reivindicamos o que nos é devido. Somos Maior quando, como no passado, somos visitados por figuras de estado e, hoje, por V/excelências. A grandeza da freguesia não advém de raízes de nobreza ou de benesses do poder, mas do esforço e do mérito das suas gentes nas mais diversas profissões e atividades. A freguesia de Vila Maior é atravessada pela Estrada Regional 228, que liga S. Pedro do Sul a Castro Daire. Situa-se entre os rios Vouga e Sul e tem como freguesias limítrofes S. Félix, Sul, Figueiredo de Alva, Pindelo dos Milagres, Pinho e S. Pedro do Sul. A maior altitude situa-se nos limites da freguesia com Pindelo dos Milagres – nas



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pedras Tesouras, a 619m – e a menor na Ribeira de Amarante, nos limites com Sul, a 250m. O povoamento na freguesia é muito anterior ao séc. XII. Os topónimos demonstram que na Idade Média e antes da nacionalidade já existiam povoamentos e a referência mais antiga que se conhece acerca da freguesia remonta ao ano de 1103. Esta freguesia tem uma área de cerca de 14 km² e, de acordo com os Censos de 2011, tem uma população de 982 habitantes. É uma freguesia dispersa, constituída por diversas localidades, a saber: - De maior dimensão: Cobertinha, Igreja, Goja, Nespereira Alta e Sendas. - De menor dimensão: Aldeia, Barreiros, Bouças, Casalinho, Churial, Doide, Eirinhas, Estercada, Estrada, Joazim, Penedo, Peso, Regada, Ribeira de Amarante, Souto de Ufo, Tapado, Telhado, Torre, Ucharia, Vale de Macieira e Vale Pedro. A freguesia de Vila Maior, tal como as suas congéneres, distantes do litoral e longe da centralidade urbana e, citando o pai do secretário da J.F. de Pinho, “(...) na zona nascente do concelho (...)” ele lá tinha as suas razões, enferma de uma interioridade cada vez mais acentuada. Assim, nos últimos tempos, assistimos ao regresso à emigração e ao êxodo para as grandes cidades. Os jovens não obtêm emprego na região e, por este andar, num futuro não muito longínquo, apenas restarão os mais idosos. Devido ao seu clima, em tempos, foi muito recomendada por médicos para a cura das doenças pulmonares, mesmo antes da estância do Caramulo. Sendo uma freguesia tipicamente rural, a atividade económica mais relevante ainda é a agricultura e agropecuária, mas o comércio e a indústria já vão tendo alguma expressão. De realçar que, como tem várias encostas viradas a Sul, o vinho nelas produzido é dos mais afamados da região, atualmente representado pelo DOP “Quinta da Moitinha”. Ultimamente, e tendo como impulsionadores ex-emigrantes suíços, já se assiste ao incremento de explorações agrícolas em estufas. O principal motor de dinamização cultural, desportiva, recreativa e de solidariedade social da freguesia de Vila Maior tem sido o associativismo, como o demonstra a existência de várias coletividades. Vila Maior tem sido pioneira nesta área pois, já em 1917, foram constituídos um Sindicato Agrícola e uma Caixa de Crédito Agrícola Mútuo em Vila Maior. Os estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútua foram aprovados por alvará de 2 de Maio, publicados no Diário do Governo nº 128, 2ª série, de 1 de Junho de 1917. Não se sabe se o Sindicato e a Caixa exerceram, na prática, qualquer atividade, mas talvez não, porque, logo no final desse ano, foi empossado como Presidente da República Sidónio Pais, o que, perante a alteração política, porventura tenha deixado de haver condições para tal. No domínio da cultura, estão constituídas quatro instituições: Associação Cultural de Vila Maior, Associação Cultural e Recreativa de Nespereira Alta, Associação de Goja e Sendas e Grupo de Danças e Cantares de Vila Maior – Lafões. No campo desportivo, a União Desportiva Vilamaiorense tem desempenhado um papel relevante, sendo de destacar, também, a Associação de Pescadores e Caçadores de Vila Maior, para os amantes das respetivas atividades lúdicas. Vila Maior também já é um marco de referência ao nível da solidariedade. A sua IPSS é reconhecida pelas várias respostas sociais que desenvolve. Por estas razões é que teve a presença do Ministro do Emprego e da Solidariedade a inaugurar o CN e o senhor PR a inaugurar a ERPI. Templos e religiosidade: Igreja - A construção da igreja poderá remontar ao século XIII, mas não existem documentos que o comprovem. Capela da N.ª Senhora da Ribeira (Nespereira Alta) - Esta capela também é antiquíssima. Antes desta, houve em Nespereira Alta a igreja de S. Genésio, metade da qual foi doada por Fáfila em 10 de Julho de 1103 a D. Maurício, Bispo de Coimbra. Capela de S. Antão/Nossa Senhora das Colmeias (Goja) – Já em 1716 se encontrava edificada



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no lugar da “Senhora”. Só em 18 de Novembro de 1889 é que foi iniciada a construção da atual. Irmandade de N^a Senhora da Conceição - Esta irmandade foi fundada em 2 de Setembro de 1690. Orago (Padroeira) – Nossa Senhora da Purificação. Vestígios arqueológicos: - Na Pedra Escrita das Eirinhas podem observar-se algumas figuras geométricas, circulares em espiral, gravadas numa rocha, semelhantes a outras encontradas em monumentos megalíticos. - No sítio denominado Lagar das Mouras existem escavações talhadas na rocha que provavelmente serão vestígios da atividade humana na pré-história (a morfologia do terreno era propícia à defesa castreja), não pelos Mouros, mas já num período mais avançado. - Por Vila Maior passava a via romana que ligava a Lamego. Ainda são visíveis alguns troços, nomeadamente perto da Pedra Cuba, nos limites com a freguesia de Figueiredo de Alva. - No Castelo (Nespereira Alta), há indícios da existência de uma atalaia (fortificação medieval).- Marcos com a Cruz de Malta. Como não temos eólicas, o orçamento da Junta de Freguesia é quase exclusivamente suportado pelo Fundo de Financiamento das Freguesias o que apenas permite proceder à limpeza dos arruamentos e a pequenas obras de conservação. Quanto a obras mais prementes, não as vou enumerar, por ser fastidioso, e por serem sobejamente conhecidas do elenco camarário. Um bom trabalho para todos.” O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) apresentou duas propostas que a seguir se transcrevem: **“Publicitação e otimização dos espaços de desporto jovem:** I. Da Prática do Desporto Juvenil: Mais do que reconhecida a importância da prática de desporto na tenra idade, está também provado que o desejo pela prática desportiva de qualquer modalidade aumenta, tanto quanto for o gosto e a motivação de cada participante. Um recente estudo sobre psicologia do desporto prova que jovens que são praticantes de desporto são mais confiantes, têm aumentos de perspicácia e são pessoas de melhor relacionamento social e intrapessoal com os seus pares. Além desta óbvia vantagem, os benefícios para a saúde são vários, e que passam sempre por uma melhoria da qualidade de vida e do aumento da esperança média de vida, bem como da diminuição do risco de doenças. II. Da Otimização dos Espaços: Resulta clara a ausência de espaço para a prática de desportos alternativos aos tradicionais “*main sports*”. Estes desportos que tantas vezes são ignorados por terem um número reduzido de participantes merecem também alguma atenção. O Fitness, os desportos de combate, os desportos de ritmo e coreográficos, entre outros, merecem igualmente a atenção dos espaços do município ou das empresas municipais. Por esta razão se deve atender às necessidades dos jovens em primeiro lugar. O zelo e o fomento pela prática do desporto obrigam a uma igualdade de oportunidades para todos os praticantes de desporto que deve ser responsabilidade da Câmara Municipal. Por esta razão se propõe que a Câmara Municipal encete esforços no sentido de rever os horários e os preenchimentos dos seus espaços, designadamente o pavilhão gimnodesportivo, o pavilhão da lameira, o estádio municipal da pedreira, e outros que possam ser da utilização dos desportistas, com direito de preferência em condições similares para os desportistas jovens do concelho. **Informação e controlo do transporte de utentes do centro de saúde de São Pedro do Sul para o Hospital São Teotónio em Viseu:** I. Da forma como o transporte é efetuado: Foi sabido que as três corporações de bombeiros de São Pedro do Sul, têm entre si acordada uma forma de transporte dos utentes do centro de saúde de São Pedro do Sul para o Hospital São Teotónio, em Viseu. Este acordo para o transporte de utentes assenta na elaboração de uma escala semanal através da qual as três corporações acordam o transporte dos utentes, sendo este realizado por cada uma

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

das corporações de acordo com a semana em que cada um se encontra escalado. Sendo um transporte urgente e estando o utente em situação de urgência o transporte poderá ser feito pela corporação mais próxima, assim o justifique o caso em concreto. II. Da Necessidade de alteração: Parece claro e evidente que uma escala de transporte de utentes de onde conste a corporação de bombeiros de S.ta Cruz da Trapa sempre terá de ser revista, atenta a distância que vai daquela corporação ao centro de saúde de São Pedro do Sul. Se melhor atentarmos na razão justificativa da medida proposta, ela não reside na urgência ou não do transporte, uma vez que nem essa cabe aos bombeiros, e eventualmente nem ao centro de saúde em questão. É porque se um utente necessita de ser transportado para o Hospital de Viseu a partir do centro de saúde de São Pedro do Sul, tal ocorrerá por três razões: a) A urgência das medidas médicas e intervenção assim o justifica; b) O Centro de Saúde e o médico em questão não dispõem de elementos e meios suficientes para responder à necessidade do utente; c) Caso de dúvida médica para ulterior análise. Todos os restantes transportes poderiam e deveriam manter-se organizados pela escala atualmente existente. Acontece que, como sabemos, a esmagadora maioria dos casos enquadra-se naqueles três itens. Assim sendo, e se a primeira alínea se pode já encontrar salvaguardada atualmente, as restantes não pela simples razão de no momento não se dispor de meios para efetuar uma avaliação fidedigna. Com efeito, e porque em matéria de saúde basta-se a dúvida razoável sobre a condição do utente para que o mesmo deva poder aceder ao tratamento de forma rápida e eficiente, e portanto transportado até esse Hospital, cremos que não pode a corporação de bombeiros de Sta. Cruz da Trapa, pela sua localização geográfica, ser escalada numa tabela que funcione nos moldes existentes. Da Proposta: Reunião entre o executivo camarário e as três corporações de bombeiros tendo em vista um ponto de acordo e entendimento no serviço prestado ao transporte dos utentes do centro de saúde de São Pedro do Sul para o Hospital São Teotónio, nas condições elencadas supra, por forma a que a corporação de bombeiros de S.ta Cruz da Trapa seja removida dessa escala mas se encontre uma forma de compensação daquela corporação perante as outras. O Presidente da Assembleia Municipal colocou as propostas a votação e deu a palavra ao Deputado Municipal António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões (PSD), que solicitou ao deputado André Matias mais explicações no que respeita à marcação da reunião, uma vez ter sido “apanhado de surpresa com esta situação, porque os Bombeiros de Santa Cruz da Trapa, ao deixarem de fazer esse serviço, deixam certamente de ter rendimentos ou algum tipo de compensação”. Reforça que concorda com a reunião e mais concorda que uma pessoa que esteja mal no Centro de Saúde de S. Pedro do Sul e necessite de ser transportada com urgência para o Hospital de S. Teotónio, em Viseu, que seja uma ambulância de S. Pedro do Sul a fazer esse serviço, acrescentando a possibilidade de, na semana escalada para os Bombeiros de Santa Cruz da Trapa, esta possa ter ambulâncias disponíveis para estarem de prevenção no espaço do Centro de Saúde: “Acho que o mais lógico é isto, não é retirar o serviço aos Bombeiros de Santa Cruz da Trapa.” O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), em resposta, concordou com a sugestão anterior, salientando que é para chegar a resoluções válidas que se vai promover a reunião: “Se os Bombeiros de Santa Cruz da Trapa estão na disponibilidade de ter, alocadas ao Centro de Saúde, uma ou duas ambulâncias, aí deixaria de existir esse diferencial.”. Reforçou que não se trata de discutir condições remuneratórias, mas sim preocupar-se com os 15 ou 20 minutos de espera, que podem ser



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

determinantes no transporte de um utente urgente: “a promoção da reunião é para que, geograficamente, o transporte deixe de ser feito a partir de Santa Cruz da Trapa, mas se acontecer a partir de S. Pedro do Sul com bombeiros de Santa Cruz da Trapa tanto melhor.” Sem outras intervenções, foram ambas as propostas aprovadas por maioria. O Deputado Municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) apresentou os seguintes assuntos: primeiro, que tem a ver com as questões relacionadas com a transição da gestão das águas das Juntas de Freguesia para a Câmara Municipal, lembrou a Assembleia Municipal do dia 28 de dezembro de 2014 e o alerta que então se fez para a necessidade de resolver esse assunto até ao dia 1 de janeiro de 2015, deixando a pergunta: “se é verdade ou não que ainda há freguesias onde este assunto ainda não está resolvido, e sem sim, quais?”. Segundo, sobre o mesmo assunto, questiona: “se ainda existe alguma adenda para a transição da gestão de água relativamente a Pindelo dos Milagres, e se existe, em que moldes e porquê não veio a esta Assembleia?”. Terceiro, igualmente concernente à transferência e gestão da água, informou existirem valores em dívida relativamente às rendas mensais das transferências das freguesias, voltando a interpelar: “eu queria saber se ainda vão ser transferidas até ao final deste ano.”. Depois, sobre outro assunto, que tem a ver com o orçamento participativo e com uma suposta ilegalidade cometida com a utilização dos cadernos eleitorais, esclareceu: “Fui contactado pelo Gabinete de Apoio da Câmara Municipal para fornecer os cadernos eleitorais e, evidente, comuniquei à CNE e ao Ministério da Administração Interna se podia fornecer esses cadernos eleitorais, sendo que apenas me responderam num e-mail de sexta-feira, dia 27, às 17 horas e 51 minutos, e que diz o seguinte: “Em resposta ao seu e-mail, cumpre informar que, nos termos do nº 2, do artigo 58, da Lei do Recenseamento Eleitoral, os cadernos eleitorais disponibilizados através do SIG às comissões recenseadoras são apenas para utilização exclusiva em eleições ou referendos legalmente previstos. Os dados constantes da base de dados do recenseamento eleitoral só podem ser utilizados para o fim a que se destinam, ou seja, para o recenseamento eleitoral e elaboração dos cadernos eleitorais aquando da realização de eleições e referendos. No caso de uma consulta aos munícipes, em bom rigor, à luz da Lei de Proteção de Dados, deveria ter sido atempadamente consultada a Comissão Nacional de Proteção de Dados. Face ao exposto, não pode a AE autorizar o fornecimento dos cadernos eleitorais.”. E eu queria alertar para esta situação e para o modo como o processo foi conduzido.”. O Deputado Municipal José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD) voltou a um assunto recorrente da sessão anterior: a questão do RERAI. Manifestou surpresa por não se inscreverem, na ordem do dia desta sessão, a votação dos pedidos de interesse público, solicitando informações sobre o estado dessa situação e se isso vai ser votado, porque torna-se necessário entregar a documentação até ao próximo dia 2 de janeiro: “Se não for aprovado hoje é o fim de uma grande parte das explorações do concelho.”. João Fernando Pinto Duarte em substituição do Deputado Municipal Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) começou por elucidar sobre a existência de uma equipa de sapadores florestais na Junta de Freguesia, acrescentando depois terem sido notificados pelo ICNF, em 30 de setembro, relativamente a três dos cinco funcionários da equipa de sapadores florestais, considerando-os agora funcionários pertencentes ao quadro da União das Freguesias, de acordo com uma nova interpretação da lei no aspeto contratual. Assim, esclarece que o apoio que o ICNF concedia anualmente para o funcionamento

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

das equipas, deixa de existir relativamente a estes três funcionários: “A equipa recebe, em média, à volta de 35 mil euros, que representa 7 mil euros por funcionário, mas se for assim serão abolidos 21 mil euros de apoios.”. E continua: “Mediante esta notificação, a União de Freguesias de S. Pedro do Sul, através de um advogado, recorreu desta notificação; sabe que o recurso entrou no dia 8 de outubro no ICNF; e até à data não tivemos qualquer resposta.”. Deixa assim a dúvida: “Não sabemos, no momento, se vamos receber o apoio relativamente aos outros dois funcionários ou se não vamos receber nada.”. Mais informou que a atual equipa de sapadores presta um serviço público e, no presente ano, prestou 32 dias de alerta na época de incêndios, procedeu à limpeza de 8 hectares de mato por indicação do ICNF no lugar de Bustarenga, em Manhouce e não temos qualquer conhecimento da existência de apoio à semelhança do que havia nos anos anteriores.”. E terminou louvando a iniciativa da Câmara Municipal no pedido que fez ao senhor diretor do ICNF para o agendamento de uma reunião, mas que aguarda resposta, sendo que se trata de uma preocupação da União de Freguesias de S. Pedro do Sul porque envolve muito dinheiro e, sem apoios, a situação é insustentável. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) realçou a resenha histórica da freguesia de Vila Maior apresentada pelo seu presidente, assim como a elaboração da monografia, considerando que esses documentos são sempre importantes para a história das comunidades locais e sugerindo que esse trabalho seja publicado através da iniciativa da Junta de Freguesia, mas, não sendo possível, deixou igualmente a sugestão ao executivo municipal para que o faça, por julgar que o concelho manifesta lacunas ao nível da investigação, estudo e divulgação da História Local. Entrando depois nos assuntos que a motivaram a intervir, que se prendem com uma entrevista dada pelo senhor presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul a um jornal regional, centrou a sua análise em dois aspetos: primeiro, no que toca à Comunidade Intermunicipal, que integra o município de S. Pedro do Sul nos seus órgãos diretivos, considera haver um discurso evasivo por parte do senhor presidente, porque deixa nas entrelinhas a crítica de que a Comunidade Intermunicipal é um “elefante branco”. Continua e sugere que essa expressão é usada com uma conotação negativa, salientando que a mesma expressão foi usada mais à frente, quando se referiu ao esbanjamento de dinheiros nas autarquias de diferentes partidos, dizendo: “construíram-se muitos elefantes brancos”. Por fim, deixa a seguinte reflexão: “Sendo público que a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões até é conhecida por ser a que tem um trabalho de grande dignidade em toda a região e é a melhor posicionada na região centro em termos da execução de fundos, é um pouco estranho que haja esta referência, porque até pode ser interpretada como uma falta de solidariedade institucional.”. A segunda questão, que tem a ver com a forma como se referiu aos funcionários municipais durante a entrevista, considerou não ser a primeira vez que o senhor presidente se refere aos funcionários de uma forma negativa, mas ressaltou que desta vez houve um exagero: “porque lançou suspeitas sobre roubos quantificados de 50 litros de gasóleo por dia; acusou os guardas-noturnos de não fazerem o seu trabalho; refere que metade dos funcionários vai cumprindo as suas missões... este “vai cumprindo” também é depreciativo e metade dos funcionários é muita gente; refere também que os técnicos superiores estão em excesso e nomeia inclusivamente algumas áreas profissionais. Assume, com este discurso, a sua incapacidade de enquadrar alguns funcionários em funções de interesse para o município.”. E deixa as seguintes questões: “Senhor presidente, será que se consegue colocar no lugar destas pessoas por alguns momentos e pensar

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

no que elas podem estar a sentir neste momento? Com que motivação, depois deste discurso público, os funcionários podem trabalhar e empenhar-se, depois de saberem o que o seu chefe pensa sobre eles?”. Continua dizendo que, publicamente, o senhor presidente da Câmara Municipal devia ser o primeiro a defender e a valorizar o trabalho dos funcionários municipais, porque são os funcionários que ajudam diariamente a implementar as medidas que a equipa do executivo define como prioritárias e são a primeira imagem do município: “Se há problemas, e poderão ser muitos, porque há aqui um leque muito diferenciado, esses problemas têm que ser resolvidos internamente; se há crimes ou delitos, esses devem ser denunciados a quem de direito; se há um grupo de funcionários com mais potencialidades, que são os técnicos superiores, considerados em excesso, então que se implementem estratégias para os ocupar a bem do concelho e a bem das pessoas.”. E termina com um apelo: “repense esta questão, porque é preocupante dar uma imagem negativa em termos públicos daqueles que nos ajudam a construir a obra que é importante para o concelho.”. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) discorreu sobre um assunto global e internacional, mas que tem a ver com todos: “as vítimas do terrorismo, em Paris, no dia 13 de novembro de 2015, e a todos os outros lugares e em todas as outras datas.”. E passou a ler o texto que se transcreve: “Paz sim, terrorismo não. Integração sim, guetização não. Catolicismo sim, islamismo sim, laicismo sim. Então, porquê matar? Por quem matar? Para quê matar? Porque sim? Matar não! Não e não! Todo o S. Pedro do Sul e todos nós temos sangue emigrante a pulsar aqui e ali: na França, na Espanha, na Suíça, na Alemanha, aquém e além do mar... Mas todos esses familiares têm a sabedoria da integração, o condão do esforço e do trabalho, da responsabilidade e da amizade. E do respeito. Por si e pelo outro. A título de exemplos, nos seus ofícios todos procuram ser craques, como foram no futebol Pauleta, Figo e Robert Pires e como são Ronaldo e Mourinho, ou ainda em França, no ramo da restauração, António Cardoso. E todos eles são e todos nós somos Paris. A matança foi em Paris, cidade luz e berço da Liberdade. Mas podia ter sido um pouco ao lado, em Villeneuve-le-roi, nossa geminada. Se a morte atingiu 123 inocentes e os ferimentos atingiram muitos mais, a maioria deles franceses, é verdade que foram atingidos também nacionais de outros países, 17 ao todo. Portugal incluído, com 2 mortos. Como poderia ter sido alguém de S. Pedro do Sul. E, qual ironia, como pode a França, pátria das liberdades e da tolerância, exemplo supremo na arte de receber e acolher estrangeiros, ser vítima de atrocidades terroristas de filhos seus, cujos pais integram diásporas e foram acolhidas por si? Suprema ingratidão! Como a generalidade dos cidadãos franceses, também nós não olhamos à cor da pele, do partido, ou da religião. Porque temos a consciência de que, sendo diferentes, afinal, somos todos iguais. E porquê? Porque, acima de tudo, temos história e temos memória. E temos civilização, a cultura do bem pelo bem e a rejeição do mal. Qualquer que seja o mal! Os tempos do obscurantismo medieval já ficaram para trás há muito e essa história não pode repetir-se. Além de que a bestialização humana não é do nosso léxico, muito menos da nossa praxis. Mas a comunhão e a tolerância, sim! Destas gostamos e cultivamos. Por isso prezamos a vida e a alegria de viver. E a família! Em liberdade plena e sem medos. Prezamos o humanismo e não os números frios de certa estatística demográfica. Daquela em que meia dúzia, uma dúzia que seja de malfeitores - qual seita do horror e da morte -, quer sobrepor-se a milhões e milhões de cidadãos, procurando espalhar o terror e o caos em nome do nada, apenas da estupidez. Por isso condenamos, com veemência, a matança humana. Seja pelo macabro prazer de contar

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

cadáveres para exibição mediática, seja pela sinistra exibição de escalpes de indefesos e inocentes, no deserto das ideias e da compaixão, como esses energúmenos fazem, cobardemente escondidos atrás de máscaras. Tão fracos e monstruosos são, que não têm coragem, sequer, para mostrar a cara e assumir as barbaridades. Mas eles não agem sozinhos, afirma-se. Pois não, também sabemos. Que os governantes ocidentais tomem consciência séria do problema e sejam assertivos nas suas intervenções, seja no Médio Oriente, Norte de África ou leste da Europa, é o que exige. Muito do que está a registar-se agora, é produto de intervenções desastradas do Ocidente naquelas paragens, pelo que urge a correção do rumo. Assim como internamente. Pelos desequilíbrios e ruturas na educação familiar, fios condutores para a perdição de muitos jovens, jovens estes facilmente capturados e manipulados por organizações perversas, radicais e tentaculadas um pouco por todo o lado. Liberté? Sim! Egalité? Também! Fraternité? Sim, também! Terrorismo é que não! Tenha o matiz que tiver. Não, não e não! Porquê? Porque não! Simplesmente, porque não! Este é o nosso grito de indignação e afirmação. E de solidariedade, também, para com os mortos e feridos nos atentados parisienses do dia 13 e respetivas famílias. Viva a França! Viva Portugal! Viva à vida em Liberdade!” O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD), em uso da palavra, dirigiu a sua intervenção, em primeiro lugar, para uma recomendação e, de seguida, para uma proposta. Começou por indagar, junto do Presidente da Câmara Municipal, o que é feito da técnica municipal, Eng.^a Luísa, porque sempre a todos habituou a um trabalho profícuo no âmbito da jardinagem, acrescentando que, comparativamente, a jardinagem em S. Pedro do Sul deixa muito a desejar em relação com a dos concelhos limítrofes. Prossegue e considera que, em S. Pedro do Sul, não se está a dar o cuidado devido à jardinagem, mencionando que o concelho deve ser um modelo de beleza e paisagem. E conclui com a recomendação para que a dita técnica municipal, responsável pelos ajardinamentos, possa dar continuidade ao trabalho que vinha desenvolvendo. Sobre o segundo aspeto, que se prende com a anunciada oferta aos utentes das IPSS do concelho, com mais de 65 anos, para poderem, em determinada época do ano, frequentar as termas a custos mais reduzidos, sendo a Câmara Municipal a suportar o restante da fatura, o senhor deputado municipal perguntou ao senhor presidente da Câmara Municipal em que pé se encontra essa medida: “como é que isso se vai processar; como é que vai ser possível a faturação, na medida em que é uma empresa municipal e a presença desses utentes leva a custos e à emissão de faturação e de recibos. Quero saber qual é a legalidade dessa situação.”. E, posto isto, transforma este assunto numa proposta, uma vez que essa oferta se destina à terceira idade: “proponho que os membros da Assembleia Municipal, da mesma forma que é oferecido aos idosos com mais de 65 anos, tenham a possibilidade de frequentar, nos mesmos moldes, o balneário. E não é pelo facto de ser uma oferta aos membros da Assembleia Municipal, é para sensibilizar os membros da Assembleia Municipal para poderem levar mais longe as condições que aquela estância tem.”. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) iniciou a sua intervenção por considerar que a Assembleia Municipal é o órgão que faz o balanço dos dois anos de mandato do atual executivo à frente da Câmara Municipal. Assim, elenca e comenta o trabalho desenvolvido por este executivo municipal em exercício nos últimos dois anos e aquilo que ainda se propõe fazer: “Denoto que não fomos ultrapassados por nenhum concelho vizinho, embora não esteja em causa apurar um ranking para aferir quem tem mais reconhecimento público. Elenco o aqui tão debatido gimnodesportivo de Santa Cruz da

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Trapa, que vai ser construído dentro de dois anos; falamos dos tratamentos para o termalismo sénior e para o desenvolvimento feito na Termalístur; falamos no desenvolvimento dos produtos dermocosméticos, que as nossas Termas têm conseguido evoluir e que têm ganho vários prémios, não apenas pelos produtos, mas também pelo próprio termalismo; a questão da qualificação de S. Pedro do Sul relativamente aos fundos comunitários recebidos, contra todas as previsões que a bancada parlamentar do PSD aqui fazia há uns meses atrás; a questão do parque industrial e da sua requalificação; a questão da requalificação do balneário romano nas Termas de S. Pedro do Sul, que será integralmente reconstruído, uma obra que deviria honrar, e honra, todos os munícipes do nosso concelho e o qual merece uma apreciação especial sobre este executivo municipal; o prémio recebido no Salão Imobiliário de Lisboa, em que, a Câmara Municipal, e o nosso município, sucede a Lisboa, enquanto município recebedor do prémio de autarquia do ano; com todas as considerações possíveis que se podem tecer a consultoras, a verdade é que, uma consultora externa, Volume Consulting, dá ao nosso concelho, na área dos negócios, inovação e atratividade, como o melhor posicionado da região; falamos de uma questão sempre chamada aqui à colação pela minha pessoa, mas que é matéria muito sensível na bancada parlamentar do PSD, que é a questão do saneamento, sendo que esta Câmara merece um aplauso por ter olhado a uma obra que é tantas vezes invisível, porque não está edificada em local visível a qualquer pessoa que chegue ao nosso concelho e se depare com essa obra, mas que é uma obra que faz uma falta imensa ao nosso concelho; falamos da questão da ciclovía, que finalmente será uma realidade; falamos da questão da promoção das Termas de S. Pedro do Sul em outras zonas do país, designadamente em Lisboa, onde, frequentemente tenho a possibilidade de ver a promoção do nosso concelho e das nossas Termas; a redução da dívida que este executivo conseguiu fazer, da qual, em dois anos, este executivo conseguiu uma redução brutal, merecendo, além de um aplauso, um reconhecimento.”. Ainda considerou que a Câmara Municipal tem um executivo com um presidente que se apresenta a recandidato a dois anos das eleições, porque, nesse caso, trata-se de uma pessoa que não receia a oposição interna do seu partido e que não tem medo do trabalho que fez em dois anos, propondo-se ser avaliado nos próximos dois anos, sem saber se consegue terminar o trabalho nesse espaço de tempo que está para vir, mas que mesmo assim tem confiança em si mesmo e no executivo que lidera. E conclui com o balanço final: “É um balanço que se faz no meio tempo do trabalho deste executivo. E hoje apresenta aqui um orçamento que, pela primeira vez, será o orçamento que mais dinheiro terá para saneamento e que, segundo me foi possível perceber dos últimos anos, abarca todas as áreas: o desporto, a saúde, a educação... E que consegue ter um orçamento ainda maior do que aquele que frequentemente é apresentado. É um orçamento e não é um relatório de atividades. E se não é um fogo ardente das medidas consequentes do futuro, sempre é, como reconhecerão os senhores deputados, uma chama que alumia o pavio.”. O Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) fez a seguinte intervenção que se transcreve: “Aquando da minha formação, na Escola do Magistério Primário de Viseu, o professor de Religião e Moral, Cónego Mouta, referia-se a Deus como o “Invisível Evidente”. Relativamente ao balanço dos dois anos de mandato do atual executivo, o PSD persiste em não ver o que é visível. O problema é que estavam habituados a que só se executassem obras nas vésperas das eleições – algumas até à noite – a maior parte delas avulsas e sem planeamento. Referem que “a atual Câmara Municipal está a ludibriar o eleitorado com

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

pó de arroz; que o concelho atualmente vive um marasmo económico; que a gestão dos recursos humanos continua na maior das confusões;” e, espanto dos espantos, até exigem que a Câmara Municipal se substitua à de Vouzela (lá sabem das razões) na requalificação da estrada Termas/Vouzela. O PSD pretendia que este elenco camarário solucionasse em dois anos o que não foram capazes de resolver em mais de treze. Onde estiveram todo este tempo? Os factos não desmentem. Em apenas dois anos, para além da redução da dívida herdada, em cerca de 27%, a atividade deste executivo nas diversas vertentes (social, cultural, desportiva) é bem demonstrativa do seu empenho e as obras executadas em todo o concelho espelham o seu dinamismo. Ao contrário de Deus que é Invisível mas Evidente, o trabalho deste executivo é Evidente porque é Visível.” De forma a prestar os esclarecimentos e a dar as respostas solicitadas, a palavra foi concedida ao Presidente da Câmara Municipal que destacou o trabalho conseguido com o Centro de Promoção Social de Vila Maior: elogiou as gentes que o fizeram e a obra que deixaram. Depois, em resposta ao presidente da Junta de Freguesia de Sul, José Pedro Maurício, sobre a questão do pagamento e à transferência das águas remeteu a resposta para os vereadores competentes. E, em relação ao orçamento participativo e a uma eventual ilegalidade na consulta dos cadernos eleitorais, o presidente do executivo municipal considerou ter o presidente da Junta de Freguesia de Sul andado muito preocupado com a consulta aos cadernos eleitorais, quando em outros assuntos e com outras ilegalidades descorou o seu trabalho, exemplificando com informações que lhe foram pedidas e que não prestou: os nomes de cidadãos que cometeram ilegalidades: um que danificou um gradeamento de uma ponte e outro que despejou toneladas de lixo no largo de Sul. Em resposta ao presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos informou tratar-se de uma questão pertinente e cuja resolução se encontra em andamento, considerando que até antes do fim do ano se fará uma sessão extraordinária para aprovar os projetos, mas remeteu mais esclarecimentos para o vereador competente. Em resposta à intervenção de João Duarte, em substituição do presidente da União das Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões, que abordou a questão dos sapadores florestais, o Presidente da Câmara Municipal informou que os serviços camarários já contactaram com o Diretor Regional do ICNF no sentido de se promover uma reunião, adiantando que igualmente vão contactar com o próprio Secretário de Estado, de forma a que seja possível apresentar o problema e que se chegue a um entendimento para se ultrapassarem as dificuldades. Em resposta ao proferido pela deputada municipal Maria Ester Vargas, o Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que: “viesse hoje aqui falar do prémio Autarquia do Ano 2015, que viesse falar dos problemas de saneamento que temos por todo o concelho, que viesse falar dos problemas de água que temos por todo o concelho, que viesse falar em todas as estradas que estão por reparar em todo o concelho, pensava que viesse falar do cadastro que não existe sobre as redes de saneamento e água... Pensei que viesse falar sobre todos estes problemas. Mas não. O mais importante é uma entrevista que dei a um jornal local.”. Depois esclareceu que a entrevista foi pedida para falar de S. Pedro do Sul, mas que levou o caminho da CIM: “Numa dada altura, a pergunta feita pelo jornalista diz assim: A CIM Viseu Dão Lafões pediu recentemente aos municípios um reforço da contribuição dos mesmos para o funcionamento da estrutura. A CIM está a transformar-se numa mega estrutura regional... e o presidente da Câmara já estava a responder: neste momento já o é. Porque, a resposta já tinha sido dada, quando depois falei no elefante branco.”. E prossegue, explicando que todos consideram tratar-

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

se efetivamente de uma mega estrutura e que a expressão “elefante branco” é o jornalista a levar a entrevista para o campo que mais lhe convém: “depois, quando o jornalista vem novamente perguntar: sente-se com reservas sobre o funcionamento da CIM? Eu respondi que não queria falar sobre o assunto, porque a entrevista é sobre o concelho de S. Pedro do Sul e, portanto, não tinha nada que estar a falar sobre a CIM.”. E concluiu que não há mais nada a dizer, que ninguém pôs em questão o funcionamento da CIM e que todos sabem que a entidade funciona bem. Em seguida, quanto à questão levantada sobre os funcionários, contrapôs com o exemplo do concelho vizinho de Arouca: “tem a mesma área de S. Pedro do Sul e tem muito mais população do que S. Pedro do Sul e tem à volta de 180 funcionários.”. E informou que a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul tinha 429 funcionários aquando da sua chegada ao executivo, deixando a pergunta: “Se uma Câmara Municipal maior do que a nossa funciona com 180, como é que nós, com 420, não devíamos funcionar?”. E acrescentou: “Muitas das vezes, as pessoas foram contratadas, não por haver necessidade da Câmara Municipal, foram contratadas porque eram filhos ou filhas dos senhores fulanos de tal, ou porque essas pessoas andaram com a bandeira laranja do PSD.”. Mais afirmou que, em contrapartida, os serviços municipais sentem falta, por exemplo, de um veterinário, de um topógrafo, de um advogado ou de um engenheiro eletrotécnico, porque engenheiros civis tem em excesso, esclarecendo que a Câmara Municipal precisa recorrer a avenças com estes técnicos para assegurar certos serviços: “As categorias que preciso na Câmara Municipal não as tenho e, depois, tenho outras categorias profissionais em excesso.”. E terminou com a frase: “Cada um tem a sua categoria e tem que trabalhar nas suas categorias, sendo que nós tentamos enquadrar os nossos funcionários nas suas categorias, de modo que se houver categorias profissionais com gente a mais já não temos trabalho para lhes dar.”. Sobre o outro assunto, relacionado com o roubo de gasóleo nas instalações da autarquia, o Presidente da Câmara Municipal manifestou a estranheza da existência de um guarda-noturno nas ditas instalações quando todos os dias desapareciam de lá 50 litros de gasóleo, clarificando que: “Isto era uma realidade que devia ter sido resolvida na altura, mas a partir do momento que o atual presidente entrou na Câmara esses roubos acabaram.”. E termina dizendo que, na entrevista, apenas demonstrou factos e que, esses factos, ninguém os pode desmentir. Em resposta aos comentários do deputado municipal António Lopes Ribeiro, o Presidente da Câmara Municipal, sobre a indagação de “onde anda a engenheira Luísa”, informou que essa técnica municipal se encontra a fazer o trabalho dela, inclusive que está a fazer um trabalho relacionado com o alto de S. Macário, que se enquadra no seu âmbito profissional, e que continua ocupada com os jardins. Mais considerou que quer ver os ajardinamentos municipais mais bonitos, mas que tudo depende das prioridades: “Viseu tem mais dinheiro a prazo e pode ter os jardins muito bonitos, nós temos dívidas e temos que ajudar a pagar as dívidas.”. Depois ainda informou de uma proposta no orçamento participativo que consistia no ajardinamento de S. Pedro do Sul e das Termas, manifestando que as pessoas podiam ter ido votar nessa proposta e que ele próprio votou nessa proposta, o que significa que se preocupa com as flores e com os jardins municipais. Prosseguiu com outro assunto, a questão dos tratamentos termais para os idosos, remetendo a resposta para o Vereador Pedro Mouro. E, finalmente, na proposta pronunciada e que vai ao encontro de se taxarem os tratamentos termais para os membros da Assembleia Municipal e assim poderem verificar através da sua experiência o funcionamento das mesmas termas, respondeu: “o senhor deputado municipal também podia dizer aqui que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gostava que os membros desta Assembleia fossem visitar a ETAR. Porquê que não vem dizer aqui: nós queremos ir visitar a ETAR. Faça essa proposta e vamos ver o lixo, vamos ver o esterco e depois então vamos fazer os tratamentos gratuitos.”. E deixou no ar a vontade de analisar posteriormente essa proposta. Ainda sobre esse assunto e no caso do senhor deputado municipal ter considerado que se os membros da Assembleia Municipal fossem experienciar os tratamentos balneares era uma forma de poderem levar o nome de S. Pedro do Sul mais longe, o Presidente da Câmara Municipal terminou com a seguinte apreciação: “é competência dos membros desta Assembleia Municipal, indo lá ou não, levar o nome de S. Pedro do Sul e das Termas o mais longe possível. Fazendo tratamentos gratuitamente ou não, é a obrigação de todos vós.”. Em resposta ao deputado André Matias, sobre a questão levantada em torno da recandidatura ao cargo de presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul por parte do presidente ainda em exercício, comentou que esse anúncio não é caso *sui generis*, porque antes de si outros o fizeram, exemplificando com o anúncio da recandidatura do Presidente da Câmara Municipal de Nelas e com a do Presidente da Câmara Municipal de Vouzela. De seguida em uso da palavra o Vereador Francisco José de Matos começou por responder ao presidente da Junta de Freguesia de Sul: “A nossa preocupação, desde o início, foi resolver o problema da transferência da gestão das águas com os nossos parceiros diretos, que eram as autarquias. Então, daí se pode concluir que, o que está por resolver, mas que tem sido fruto de algum diálogo, quer com os senhores presidentes de Junta, quer com elementos presidentes dos conselhos diretivos dos baldios, esses estão por resolver. Tirando os conselhos executivos, falta resolver o que era a freguesia de S. Cristóvão de Lafões. E porquê? Porque estamos a acabar – e acabará certamente esta semana – o abastecimento de águas a Chousas; e não faria sentido, no nosso entender, que se estivesse a cobrar água nas Paredes e em S. Cristóvão e não se estivesse a cobrar nas Chousas, porque o trabalho ainda estava a decorrer. E, assim, estas três localidades vão passar a pagar a água certamente já a partir de Janeiro.”. Depois agradeceu ao Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões, que tem feito a ponte entre a Câmara Municipal e elementos das localidades referidas, considerando que a transição está a ser feita de forma serena e tranquila. Continuou e mencionou que estão ainda por resolver os lugares de Candal, Póvoa das Leiras e Coelheira, porque pertencem igualmente aos conselhos diretivos: “Aqui o senhor presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal tem feito reuniões, e eu próprio e o senhor presidente estivemos também nessas reuniões, de modo que, o que acontece, é que as redes dessa freguesia – posso juntar também a União das Freguesias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio, que tem conselhos diretivos de Sete Fontes, de Sequeiros, de Nodar, da Ameixiosa... – possuem redes precárias e é preciso um esforço enorme para tornar essas redes precárias em redes funcionais.”. Esclarece que outra particularidade com que é preciso lidar são os consumidores que nunca pagaram pelo serviço, contingência que não se torna fácil de gerir, reforçando o papel importante que os senhores presidentes das Juntas das Freguesias têm no diálogo com as outras entidades, diálogos que têm sido frutíferos. E conclui que os objetivos estão a ser cumpridos, que têm negociado a gestão das águas com as autarquias parceiras, deixando para depois as negociações com outros parceiros que gerem redes ainda não consolidadas. Em resposta ao deputado municipal António Lopes Ribeiro, no proferido sobre os jardins municipais, o Vereador Francisco José de Matos deixou a seguinte consideração: “se o senhor engenheiro, nas suas artes de investigação, conseguir descobrir flores que estejam no seu

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

auge de floração no inverno, e se nós tivermos dinheiro para as comprar, nós teremos uns jardins tão bonitos no inverno como costumamos ter no verão e na primavera.”. Acrescentou que são várias as pessoas a elogiar os serviços camarários responsáveis pelos jardins, especialmente os utentes das termas, mas que somente daqui a dois meses as plantações que a Câmara Municipal tem vão dar flor e podem ser transplantadas para os espaços públicos. Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, sobre o RIAP, o Vereador Francisco José de Matos esclareceu que a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul não exige mais documentos do que aqueles que estão na legislação, insistindo que não há-de ser por isso que os agricultores do concelho vão ficar com as suas explorações inviabilizadas, mas acrescenta que: “convém não esquecer que há a vertente do edificado, porque há alguns agricultores que sempre se preocuparam em legalizar com as entidades oficiais do Estado e que têm as instalações clandestinas em termos da Câmara Municipal, portanto, edificaram sem licença e é óbvio que essas explorações vão ter que ser legalizadas.”. De resto, referiu que tudo aquilo que seja preciso será feito, sem impedimento por parte da Câmara Municipal para que tudo se legalize normalmente. E terminou dizendo que se for preciso realizar uma sessão da Assembleia Municipal extraordinária por causa disso, certamente que o Presidente da Assembleia Municipal não se oporá. Em seguida, o Vereador Pedro Mouro, usou da palavra para clarificar algumas questões relacionadas com os seus pelouros e que foram levantadas pelos deputados municipais, começando por responder relativamente aos pagamentos da água: “Estão em causa quatro freguesias e, de facto, estão atrasados. Pagamos até ao mês sete, mas pode haver uma ou outra freguesia que ainda não chegamos a esse mês, mas espero, até ao final do ano, ou no limite até 10 ou 15 de janeiro, ter tudo pago, sendo portanto esse o compromisso que eu assumo com as Juntas de Freguesia.”. Esclarece ainda que, neste âmbito, a Junta de Freguesia de Sul foi a que começou mais tarde, mas que, mesmo assim, tudo será feito para que até janeiro esteja em pé de igualdade com as outras e para que os pagamentos sejam iguais para todas. Em resposta à questão suscitada sobre o orçamento participativo, o Vereador Pedro Mouro começou por agradecer aos presidentes das Juntas de Freguesia a forma como colaboraram no processo de implementação do orçamento participativo, salientando que é o primeiro ano em que se aplica e que, apesar disso, o resultado está a ser muito positivo, com a participação dos munícipes: “foram submetidas 22 propostas, sendo que apenas 15 delas foram validadas e sujeitas a votação, tendo votado 400 pessoas online e 1100 pessoas nas freguesias, o que, no total, resultou em 1500 pessoas a votar no orçamento participativo. Portanto, acho que estamos todos de parabéns, especialmente as pessoas de S. Pedro do Sul que perceberam que se tratou de um ato de democracia plena.”. Depois, reportando-se aos problemas levantados pelo Presidente da Junta de Freguesia de Sul, por causa da consulta dos cadernos eleitorais, o Vereador informou que a Câmara Municipal tem acesso a todos os cadernos eleitorais através do Ministério da Administração Interna e que os podia ter imprimido, acrescentando que: “o regulamento do orçamento participativo foi aprovado em Assembleia Municipal por unanimidade e também o foi por si, e diz que as pessoas, para votar, tinham que ser residentes em S. Pedro do Sul, e o que nós fizemos, ao contrário de outros atos eleitorais, foi obrigar as pessoas a levarem o cartão de cidadão para poderem votar, portanto, em bom rigor, nós nem precisávamos dos cadernos eleitorais.”. E concluiu dizendo que, se a Comissão de Proteção de Dados tem essa interpretação, deve entender-se com o Ministério da Administração Interna, porque o ministério

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

faculta a consulta dos cadernos eleitorais aos funcionários das Câmaras Municipais, que, no caso do processo de votação no orçamento participativo de S. Pedro do Sul, apenas serviram como fonte de auxílio na confirmação dos eleitores que levavam o cartão de cidadão. Em resposta ao deputado municipal António Lopes Ribeiro, sobre a proposta para que os membros da Assembleia Municipal possam usufruir de tratamentos termais em condições privilegiadas, o senhor vice-presidente considerou que o senhor deputado tem legitimidade para apresentar, em próxima sessão, uma proposta de discussão e votação para essa medida, advertindo contudo que discorda do acesso a um tratamento diferente por parte dos membros da Assembleia Municipal à balneoterapia. Prosseguiu e, de acordo com o levantado em torno dos pacotes de acesso aos tratamentos termais, esclareceu que: “temos aqui duas situações distintas: criamos um para os utentes das IPSS e outro para as pessoas com mais de 65 anos ou, se não tiver 65 anos, que esteja numa condição de reforma ou invalidez.”. Referiu que, no caso das pessoas com mais de 65 anos, reformados ou inválidos, é uma promoção feita pela Termalistur, não apenas para residentes no concelho de S. Pedro do Sul, mas para todos os cidadãos nessas condições, que podem beneficiar de tratamentos com um desconto até 50% durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, ressaltando que é um programa da Termalistur e que a Câmara Municipal só interfere na medida em que pode disponibilizar o transporte para grupos mínimos de munícipes de S. Pedro do Sul. O outro programa, que tem a ver com os benefícios concedidos aos utentes das IPSS, é à parte do anterior e esse sim tem interferência com a Câmara Municipal, uma vez que a autarquia subsidia as IPSS num determinado número de tratamentos, iniciativa que foi solicitada pelas IPSS, porque se verificou a existência de utentes com carência económica e problemas de saúde a necessitar de tratamentos termais. E, assim, dado que a Câmara Municipal não possuía um enquadramento para tais benefícios, decidiu este ano disponibilizar 100 vouchers para tratamentos termais: “reunimos com eles e eles têm que dizer, até aos primeiros dias de dezembro, quantos vouchers precisa cada instituição – depois fazemos um rateio se sobra – e a Câmara Municipal subsidia as IPSS no valor desses vouchers, sendo que depois elas pagam à Termalistur e a Termalistur fatura às IPSS, ou seja, a Câmara Municipal apoia as IPSS para esses tratamentos e a partir daí já não é mais nada connosco.”. A Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD) pediu a palavra e começou por se dirigir ao Presidente da Câmara Municipal dizendo que “quem não se sente não é filho de boa gente”, remetendo essa expressão para a evocação do seu nome pessoal quanto à existência de três técnicos superiores da sua área profissional a trabalhar na Câmara Municipal de S. Pedro do Sul e que estariam a mais. Depois lançou-se numa resenha sobre o que é e significa o lugar de técnico superior de engenharia florestal no concelho, esclarecendo o seguinte: “Fica a saber que só o concelho de S. Pedro do Sul tem 12.700 hectares em áreas de baldios em regime florestal, o que é mais de metade do que todo o distrito de Viseu; fica a saber que o técnico superior que referiu, sobre a questão das bandeiras, foi votado aqui, nesta mesma Assembleia, e com o seu voto favorável para a existência desse lugar; relativamente ao quadro do município, se existem funcionários que merecem respeito penso que são estes, somos nós todos, que o respeitamos todos os dias e que estamos a trabalhar ao seu lado todos os dias e que queremos que o nosso município seja o melhor do país, porque nós somos a cara desse município.”. Por fim, em relação às competências e funções, lembrou que S. Pedro do Sul foi um dos primeiros municípios do país a conseguir ter o seu Plano de Ordenamento Florestal aprovado, poupando



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com isso 20 mil euros, contrapondo com o exemplo dos municípios limítrofes que, com o mesmo técnico, tiveram que o mandar fazer fora dos serviços camarários. E ainda aproveitou para lembrar que esse mesmo técnico superior em engenharia florestal é financiado pelo Fundo Florestal Permanente para o desempenho das suas funções, reforçando que tem cumprido as suas funções e competências a avaliar pelos relatórios distritais. E concluiu: “Senhor presidente, se efetivamente esses lugares estão a mais, foi com o seu voto.”. Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal deixou a pergunta: “A senhora deputada municipal respondeu enquanto funcionária da Câmara Municipal ou enquanto deputada municipal?”. Continua e diz que é uma confusão que fez, porque ninguém jamais falou no seu nome, apenas se falou na categoria profissional engenheira florestal. Reitera que em S. Pedro do Sul bastava a existência de um engenheiro florestal, porque os municípios à volta não excedem esse número, dizendo que não se pode comparar S. Pedro do Sul com Viseu, que tem mais receita e mais população. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, não se tendo verificado nenhuma intervenção.

ORDEM DO DIA:

3.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A “ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”;-----

O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço referiu: “Só para dar nota que o valor da dívida continua a baixar e estou em crer que vamos chegar ao final do ano com o valor total da dívida abaixo da barreira dos 20 milhões de euros: neste momento, a da Câmara está na ordem dos 8,4 milhões e a da Termalitur nos 12 milhões de euros.”. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte.-----

3.2 – ANÁLISE DOS “RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL RESPEITANTES AO 2.º E 3.º TRIMESTRES DE 2015; -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.3 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “DEFINIÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2016; -----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.4 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS”; -----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.5 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS”;-----

O Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que se debatessem as propostas 3.5 e 3.6 por terem o mesmo assunto e, depois, se levassem a votação. O Deputado Municipal José Carlos

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) fez um aparte para se referir às instituições de solidariedade social, dizendo que se congratula por estar nas instalações de uma das maiores do concelho e por ser funcionário de uma das maiores do distrito, reforçando o “papel profícuo da parte das IPSS no período de emergência que nós tivemos desde 2011 para salvar o país da bancarrota”. Passando, enfim, para o assunto em debate, refere que se revê na proposta do seu partido (PSD), mas que: “havendo diferenças de taxas entre a proposta do executivo e a proposta do meu partido, eu acho que [...] houve um grande incremento do IMI face à reavaliação dos prédios, e o dinheiro que resultou dessa situação veio ajudar fortemente os orçamentos municipais.”. E continuou: “O senhor presidente, na última Assembleia, disse: o governo quer dar benesses às pessoas tirando o dinheiro aos municípios e não deles. Mas lembro que esse dinheiro também entrou como benefício da medida que foi apresentada pelo executivo anterior, que foi derrubado recentemente na Assembleia da República.”. Assim, sem querer discriminar ninguém, conclui e “estabelece critérios separadores de taxas de IMI para as freguesias mais longe do centro da cidade, freguesias serranas, onde a população cada vez é menos e era conveniente criar aqui um patamar de diferença entre as taxas a aplicar ao IMI, por exemplo, na freguesia do Candal, Manhouce ou S. Martinho das Moitas, em relação aquelas que, por exemplo, poderão ser aplicadas na freguesia de Carvalhais, Bordonhos, Várzea ou S. Pedro do Sul.” A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) interveio para afirmar que a proposta apresentada pela bancada do PSD é clara e por todos conhecida, esclarecendo que surge a partir da necessidade de dar uma resposta imediata a uma questão que abrange as famílias com dependentes a cargo e, porque, atendendo a uma lista de municípios que optaram por esta medida, S. Pedro do Sul está no fim dessa mesma lista, com a proposta mais baixa de todas. Prossegue e menciona existir a intenção de: “sinalizar o impacto da proposta do executivo, chegando à conclusão que esse impacto é praticamente inexpressivo no alívio financeiro às famílias, tendo em conta que a redução é mesmo insignificante.”. Confirma saberem que o executivo se encontra a analisar a possibilidade de redução do índice de localização, declarando que essa é uma atitude que vai ao encontro do sugerido na intervenção do senhor presidente da União de Freguesias de Carvalhais e Candal, mas que não terá efeitos para 2016. Considera essa proposta importante, mas quer “atalhar, já no próximo ano civil, essa questão do IMI”, motivos que levaram à apresentação de uma outra proposta diferente da do executivo municipal e que, nas palavras da senhora deputada municipal: “acaba por nos aproximar mais da intenção de ajudar as famílias com dependentes a cargo e atrair mais população para o concelho.”. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) usou da palavra e passou a enumerar as cinco ordens de razões que levaram a bancada do PS a estar de acordo com a proposta que emana do executivo municipal: “primeiro, porque S. Pedro do Sul já pratica as taxas mínimas; segundo, porque a proposta do Partido Socialista é abrangente e toca quatro variáveis sociais, enquanto a do PSD toca só uma; terceiro, porque a Câmara Municipal usa de alguma cautela, já que não é de todo sabido qual o impacto real nas contas da Câmara Municipal que esta medida ao ser executada vem trazer, pior ainda se se atender aos valores que o PSD propõe; quarto, porque o próprio governo da nação está a pensar mexer também nesta temática do IMI, através da reativação da cláusula de salvaguarda; quinto, porque a Câmara Municipal faz, com a sua proposta, um esforço no sentido de reduzir as suas próprias receitas, ainda que não sejam muito significativas, sabendo nós



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também que há cerca de 100 municípios, dos 308 que existem no país, que não mexem na sua tabela de IMI, portanto o município de S. Pedro do Sul tem a ousadia de mexer e em favor das famílias.”. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), sobre este ponto, considerou que a apresentação das duas propostas constitui duas visões distintas do que é o rescaldo das medidas que se podem implementar ao abrigo da nova lei, acrescentando que ambas as propostas são válidas, mas que a sugestão que a Câmara Municipal apresenta é a aplicação daquilo que a lei propõe. Em resposta às intervenções motivadas pela discussão deste ponto, o Presidente da Câmara Municipal, em uso da palavra, aproveitou para esclarecer o presidente da União de Freguesias de Carvalhais e Candal, sobre a possibilidade de se reduzirem as taxas do IMI para as zonas rurais, que essa não é uma discussão que esteja na ordem de trabalhos, considerando que é uma proposta que se apresenta como contrassenso: “o senhor presidente da Junta, tal como todos os outros, estão constantemente a pedir que executemos obras nas vossas freguesias, mas é óbvio que se a Câmara Municipal não tiver receita não pode executar obras.”. Depois voltou a reforçar a ideia: “É muito fácil legislar na casa dos outros. Esta é uma lei que vem do Governo e atiram para as autarquias a possibilidade de perderem estas receitas, mas também gostaria de ouvir o Governo a dizer que vai baixar a taxa do IVA ou a taxa do IRS.”. Em resposta à Deputada Municipal Maria Ester Vargas, o Presidente do executivo municipal, em função das palavras “S. Pedro do Sul tem a proposta mais baixa de todos os concelhos que aderiram”, considerou que, em primeiro lugar, não foram todos os concelhos que aderiram, e depois que S. Pedro do Sul já tem as taxas mínimas para efeitos de IMI: “e há concelhos que podem ter beneficiado agora as famílias com filhos mas que têm taxas muito superiores às nossas, logo uma taxa vai inviabilizar a outra.”. Continua e reafirma que a proposta do executivo camarário é aplicar esta redução para este ano, mas que, no próximo ano, após vários estudos que se pretendem fazer, existe a possibilidade de se rever em alta essas mesmas taxas. Aludindo a umas outras palavras proferidas na rádio pela senhora deputada municipal, fazendo crer que a medida do executivo municipal podia ter como consequência a mudança de residência de S. Pedro do Sul para o concelho de Vouzela, o Presidente da Câmara Municipal considerou que não, porque o mercado imobiliário encontra-se estagnado em todos os concelhos, porque as pessoas não têm dinheiro e ninguém está a comprar nada: “Eu não estou a ver ninguém de S. Pedro do Sul a ir morar para Vouzela só porque vai pagar menos dois ou três euros no IMI.”. Em seguida mais esclareceu que S. Pedro do Sul, sobre este assunto da redução do IMI, não anda a reboque de ninguém, que ninguém tomou a dianteira de nada e que o executivo está dentro dos prazos estipulados para a resolução do assunto. E acrescentou que agora S. Pedro do Sul está à frente, porque a proposta do município vai beneficiar mais as pessoas do que a proposta do PSD: “porque nós temos em consideração não apenas as taxas do IMI para as famílias com filhos, mas temos mais: estamos a incentivar o mercado do arrendamento, com a possibilidade de darmos às pessoas que têm imóveis para alugar no centro da cidade e nas Termas o benefício de taxas mais atraentes; estamos a dar a possibilidade às pessoas que têm casas degradadas em S. Pedro do Sul, nomeadamente dentro do grupo da ARU, que beneficiem com a requalificação das casas e com a redução do IVA de 23% para 6%, isenção de taxas municipais, isenção do IMI e do IMT.”. Reitera o incentivo existente para que se procedam a obras nas casas mais degradadas, aumentando qualquer coisa ao IMI naquelas casas que estão abandonadas e degradadas e principalmente que se localizam no centro da



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cidade. E passa a apresentar uma outra medida: “Fomos ainda mais além: nós, em conjunto com o técnico das finanças, propusemos e aprovamos na última reunião de Câmara a possibilidade de retificarmos os coeficientes de localização dos prédios urbanos, fazendo com que o pagamento desses mesmos impostos possa baixar significativamente.”. E prossegue com a apresentação de simulações para dois casos concretos: um no centro de S. Pedro do Sul e outro nas Termas, concluindo, após as apresentações, que esta medida é mais benéfica para todos, independentemente das famílias terem filhos ou não terem filhos, porque, não apenas reduz o coeficiente de localização dos prédios urbanos, como a esse novo valor se subtrai a redução nas taxas para as famílias com filhos. O Deputado Municipal José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD) de acordo com esta discussão, pediu a palavra para trazer à liça as transferências das receitas do IMI para as Juntas de Freguesia: “enquanto presidente da Junta dava-nos muito jeito que pudéssemos receber um pouco mais de dinheiro, e as bancadas do PS e PSD deviam pensar mais nisso, porque as casas, na realidade, também estão nas Juntas de Freguesia, que cuidam das ruas e do resto.”.Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal manifestou a concordância com as sugestões anteriores, mas esclarece que atualmente a lei já confere uma transferência para as Juntas de Freguesia, que é o valor do IMI dos prédios rústicos. Assim conclui dizendo que se a Câmara Municipal transferir mais dinheiro para as Juntas fica sem orçamento para realizar outras obras necessárias para a freguesia. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) pediu a palavra para uma pergunta: “Esta vossa proposta é para todo o concelho ou abarca apenas as freguesias urbanas da cidade?”.Em resposta, o presidente do executivo municipal reafirmou que a primeira proposta é para a zona que se encontra dentro da ARU. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **19 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhousse (PS), António Marques Rolo em substituição de Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Francisco Pinto Duarte em substituição de Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), e **14 votos contra** dos deputados municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Manuel Augusto Almeida Leitão (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD),



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), **aprovar** a proposta mencionada em título. -----

3.6 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD) SOBRE “IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS”;

Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **13 votos a favor** dos deputados municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Manuel Augusto Almeida Leitão (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), **20 votos contra** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), José Luís Gaspar Campos (PSD), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo em substituição de Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Francisco Pinto Duarte em substituição de Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), **rejeitar** a proposta mencionada em título. -

3.7 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2016”;

O Deputado Municipal António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e de S. Cristóvão de Lafões (PSD) começou por anunciar o seu voto a favor do orçamento, manifestando a sua concordância com o documento e com o plano, porque considera existirem obras já executadas e outras a executar, contudo refere que há algumas obras que julgava que iam ser executadas e que afinal não foram: o polidesportivo para Santa Cruz da Trapa, o saneamento e o desaparecimento da requalificação do Largo do Calvário das grandes opções do plano. Continua e, no caso da requalificação do Largo do Calvário, lembrou a existência de um projeto, elaborado por funcionários camarários, que nunca foi levado avante



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pela Junta de Freguesia porque a Câmara Municipal, nos dois últimos orçamentos, dotou para a sua execução uma verba de 150 mil euros a candidatar. E conclui: “Nos espaços públicos terá que ser a Câmara a ter interesse, porque, se nós não fizemos a obra até agora, não a vamos fazer, e aquilo está a ficar um bocado degradado.”. Reforçou que a Junta de Freguesia não tem hipótese financeiras para fazer a obra, por causa da questão da redução em 35 mil euros na questão dos sapadores florestais, além dos atrasos nas transferências de verbas para a Junta, porque têm despesas com funcionários e com as limpezas. E alertou para a necessidade urgente de se procederem a essas transferências. Continua e manifesta a sua preocupação em que aconteça ao pavilhão multiusos o que aconteceu às prometidas obras do Largo do Calvário: fica tudo no papel e passado algum tempo desaparece tudo do papel. Mas também realça a existência de um entendimento entre si e o senhor presidente da Câmara Municipal para se dar prioridade nas obras do saneamento, que é participado em candidatura a 85%. Confirmou que se procedeu ao saneamento em Vila Nova, onde se mexeu na estrada, e que as pessoas que quiserem já podem ligar o saneamento, porque as fossas já estão a funcionar com a rede de Vila Nova. Depois, a propósito ainda do saneamento, verificou que se fala em ETAR de Sobral, ETAR do Mosteirinho E ETAR de Sendas, deixando a pergunta: “e porque é que é saneamento de Santa Cruz da Trapa e Gralheira? Saneamento, penso eu, é o conjunto dos canos e da ETAR, e o acordo que eu tenho com a Câmara Municipal, aquando da transferência das águas, eram as cinco ETAR’s: porquê que não está aqui o valor das ETAR’s?”. Reclama que, no documento, existe um capítulo do financiamento previsto e definido, mas que para Santa Cruz da Trapa não há nada definido, apenas há supostamente candidaturas: “contamos que venham as candidaturas, mas se não vierem, não há nada feito?”. E termina: “Se o saneamento não avança, vamos avançar ao menos com o multiusos.”. O Deputado Municipal José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD) confirmou ter a garantia do executivo que o saneamento vai avançar na sua freguesia durante o próximo ano, manifestando a dúvida, no documento, porque aparece como “financiamento não definido”. E solicita outro esclarecimento: “é a questão dos 250 mil euros para a remodelação dos parques industriais?”. Aproveitou e ainda perguntou o que a Câmara Municipal pensa fazer com a criação do anunciado Gabinete de Apoio ao Agricultor. O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) sobre o orçamento participativo, começou por felicitar a Câmara Municipal pela adesão aos orçamentos participativos, mas sugere que se faça de outra forma, especialmente no que respeita ao valor do orçamento, que pode ser um pouco maior e dividido por áreas. Salienta a conveniência de já hoje existir um resultado da votação no orçamento participativo para que melhor se perceba em que se está a votar no orçamento geral em relação ao projeto vencedor. Em seguida, sobre a sua freguesia, regozija-se por ser este ano o ano do término da variante a Candal, destacando a colaboração nos protocolos assinados com as empresas de promoção eólica da União das Freguesias e dos conselhos diretivos dos baldios do Candal. Em relação ao saneamento, menciona haver 150 mil euros em financiamento não definido, porque está em candidatura, surgindo o nome de Carvalhais e Covelo: “era conveniente esclarecer o que compete a Carvalhais e aquilo que compete ao Covelo, para se perceber a dimensão de cada investimento.”. E o mesmo diz passar-se com o parque industrial, que aparece no documento como Parque Industrial de Bordonhos, perguntando: “eu presumo que seja aquele que está por



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trás dos antigos CTT, porque o outro, o do Alto Barro, é de S. Pedro do Sul, mas está sensivelmente 50% em área territorial de Carvalhais e 50% em área territorial de Bordonhos, basta ver as certidões matriciais que foram feitas na época do loteamento.”. E termina dizendo que, por coerência, de igual forma a fez no ano passado, vai votar favoravelmente, se bem que com uma nota um pouco mais reduzida. O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix (PSD) usou da palavra para deixar dois pedidos de esclarecimento: o primeiro, que tem a ver com as grandes opções do plano para 2016, no que respeita à repavimentação de estradas que cruzam a freguesia de S. Félix: “existem aqui duas estradas que passam em S. Félix, uma que liga Vila Nova e outra dentro da povoação de Vila Nova, é para saber se esta estrada está contemplada ou não.”; e a segunda: “é a ligação entre a Estrada Nacional 228 que vem por Nespereira Alta e Aido de Cima e que vem ter à Torre, mas como nós temos uma ligação de quem vem da estrada de S. Pedro do Sul para Vila Maior, pode ser um acesso bastante útil, passando pelo Aido de Cima, que pode ser uma estrada muito intervencionada.”. Voltou a pedir a palavra o Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) para frisar a necessidade de uma requalificação da estrada que liga Penso a Passos, reclamando da parte de Passos, que é lugar da sua freguesia, que a obra não se encontra espelhada no orçamento e que foi promessa antiga, solicitando a confirmação que a obra se encontra contemplada. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) fez a seguinte intervenção que a seguir se transcreve: “É com redobrada satisfação que vemos a situação financeira do município de S. Pedro do Sul retomar a normalidade. Depois de anos com défices excessivos, traduzidos em asfixias várias, nomeadamente em investimentos estruturantes para melhoria da qualidade de vida das populações urbanas e rurais, o atual executivo viu-se obrigado, nos dois primeiros anos de exercício, a prosseguir uma política de contenção orçamental para redução significativa da dívida e dos prazos médios de pagamento, através de um controlo apertado nas contas. Saneado o espartilho financeiro, nomeadamente com o controlo da dívida, é possível agora pensar na resolução mais rápida de múltiplos problemas que nos afligem e, assim, dar mais corpo à execução do programa que o PS colocou à aprovação do eleitorado em outubro de 2013. Elevando-se o Orçamento para 2016 a cerca de 20,5 milhões de euros (mais 17% que o de 2015), afigura-se-nos este valor como muito credível pelo realismo que apresenta, apesar de não se saber bem o que as comparticipações comunitárias nos reservam, sendo certo, contudo, que os valores estimados neste documento só pecarão por defeito. Sobre as receitas globais estimadas, 62% dizem respeito a transferências do Estado central. O que, comparado com anos anteriores, releva a melhoria da percentagem municipal. Assim, no que tange à arrecadação por via dos impostos diretos (cerca de 2 milhões), estes sobem sobretudo à custa do IMI, que preenche cerca de 72% dos mesmos. Uma rubrica importante nas receitas é, obviamente, a dos Rendimentos da Propriedade, com 4,2 milhões. E se a atividade termal comanda a receita com 43% desse valor, a surpresa advém da exploração eólica que ascende a 42%, valor equivalente ao termal, com o senão de a atividade termal ter uma componente social em matéria de empregabilidade direta e indireta inestimável. O rendimento da exploração energética das mini-hídricas representa os restantes 15%. Nas transferências de capital, que dizem respeito a dinheiros para investimento no desenvolvimento efetivo do território, se o executivo é prudente nos valores referentes ao FEF, o mesmo não sucede com os fundos comunitários, pelo que aqui

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

se prevê uma quase triplicação face a 2015, passando para mais de 4 milhões, conforme algumas das opções do plano de atividades que possuem já financiamento garantido. No que concerne ao capítulo da Despesa, os custos com pessoal constituem grossa fatia e estimam-se em menos de 6,5 milhões, o que apesar de tudo, não deixa de constituir uma redução face a 2015, com uma poupança de cerca de 120 000€. Apenas uma dúvida subsiste nesta matéria, a de saber o impacto que terá a política governamental, nomeadamente quanto a reposição de salários e outras disposições. Ainda que se trate de um valor pouco significativo, importa realçar, pelo simbolismo e confiança que transmite, a redução nos “juros de mora por violação dos prazos de pagamento estipulados e outros juros legais ou contratuais”. É importantíssimo credibilizar a imagem da autarquia junto dos agentes económicos. Desta forma, pagando atempadamente, não só se obtêm fornecimentos, prestações de serviços e empreitadas a custos menores, como se ajuda as empresas envolvidas na gestão dos seus próprios orçamentos e suas dinâmicas. A CM não pode e não deve, nunca, ser coveira das empresas que consigo trabalhem. Sobre Investimentos, de destacar a duplicação de valores face a 2015, ano de termo do QREN, prevendo-se, no mínimo, o valor de cerca de 6,4 milhões de euros para 2016, valor fortemente participado pelo novo quadro comunitário Portugal 2020. Finalmente, se até aqui a CM conseguiu liquidar mais de 6 milhões da dívida em 2 anos, fazendo-a cair para menos de 20 milhões, prevê-se que no próximo ano esse esforço continue, embora mais suavemente, com amortizações de quase 1 milhão. Tem sido estranho, muito estranho e insustentável, que o município tenha andado de há uns anos a esta parte, com dívida superior ao orçamentado anualmente. Pois em 2016 haverá inversão da situação, repondo-se a normalidade funcional das finanças municipais, para credibilização da política local. Porque seria fastidioso desfiar o rol de intervenções a que a Câmara Municipal se dispõe para o próximo ano, resumimos. Deixamos os destaques e pormenores para o Presidente da Câmara. Adiantamos, contudo, que as GOP incluem despesas globais de mais de 17 milhões de euros num quadro plurianual próximo, dos quais quase 8,5 milhões se referem a 2016, sendo que 7,2 têm já financiamento definido. Dos 7,2 milhões, a fatia de leão, com mais de 5,8 (80%), vai para a Valorização Territorial e Qualificação Urbana, que inclui o Abastecimento de Água, o Ambiente, Espaços Verdes e Jardins, a Urbanização, mas também o Saneamento e a Rede Viária e Sinalização. De destacar os 3,1 milhões destinados ao saneamento básico, seja para a nova ETAR a construir em parceria com Vouzela para substituir a existente na Quinta de Valgode, seja para sistemas de condutas e tratamento em múltiplas aldeias, um pouco por todo o concelho. Ainda que com valores bastante inferiores, seguem-se as rubricas do Desenvolvimento Cultural e Desportivo, com mais de meio milhão, da Promoção da Educação e da Organização e Modernização Administrativa, com mais de 0,3 milhões cada, sendo que a Coesão Social e Cidadania com 189 mil euros e a Dinamização da Economia Local e do Investimento com pouco mais de 43 mil euros encerram o leque das intervenções. Quer isto dizer que há estratégia para o concelho. E porque o dinheiro existente não dá para colmatar todas as carências, houve que fazer opções, definir prioridades. E estas assentam numa razão muito simples: levar a qualidade de vida onde ela peca por defeito e pode colocar em perigo a saúde e a segurança públicas. Muitas daquelas infraestruturas básicas que já deveriam estar construídas e funcionais há muito só agora vão conhecer a luz do dia, apenas 42 anos após Abril. As populações beneficiárias saberão reconhecer e só lamentarão o atraso das benfeitorias. Numa população cada vez mais envelhecida, relevamos o alcance social da

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

aquisição da Unidade de Saúde Móvel, sobretudo para os mais idosos e necessitados e com mais dificuldades de mobilidade, que passarão a beneficiar de apoio médico e medicamentoso nas suas casas e aldeias, quiçá o investimento mais emblemático destas GOP. Ora, porque estes dois documentos são coerentes, realistas e concretizáveis e honram o programa eleitoral de 2013 que o PS apresentou e que o eleitorado aprovou, só poderemos aprová-los, tanto mais que em grande medida são resultado de negociações feitas com as Juntas de Freguesia.” Concluiu com a declaração de que a bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente o documento orçamental. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD), em uso da palavra, começou por dizer que o documento previsional do orçamento para 2016 é um plano de intenções que deve demonstrar à população e aos munícipes o que a Câmara Municipal quer transparecer para o próximo ano. Continua e refere que, face às necessidades sentidas e às preocupações de presidentes de Junta e deputados municipais, se se desse o caso de ser a bancada do PSD a liderar o executivo municipal fariam de forma diferente daquilo que está a ser feito pelo executivo em exercício, porque teriam outro tipo de projetos, de desempenho e de objetivos. Aborda o facto da dívida estar a ser reduzida ao mesmo tempo que os investimentos são realizados, considerando que as obras do presente são uma continuidade que vem do executivo passado. E repete: “Quero dizer, democraticamente, que nós faríamos diferente. E faríamos diferente melhor, porque ao longo dos anos fizemos sempre melhor.”. Assim, face à democracia, o senhor deputado municipal concede toda a liberdade à bancada do PSD para votar a proposta conforme a coerência de cada um, sendo que por si anunciou que vota contra, por considerar que se podia ter feito mais e melhor. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) inicia a sua intervenção por lembrar que o orçamento para 2016 versa alguns pontos que ainda não foram referidos: “o que é feito de novo relativamente ao antigo estabelecimento prisional, o que é feito de novo relativamente à ciclovia, o que é feito de novo relativamente ao pavilhão polidesportivo para Santa Cruz da Trapa, que este é o orçamento que a Câmara apresenta com números superiores aos números que eram apresentados anteriormente, que este é um orçamento que versa pela primeira vez sobre todas as áreas: desporto, saúde, educação... Que este é um orçamento que versa pela primeira vez a questão do saneamento de uma forma séria e de uma forma construtiva, ou seja, vai apostar-se no saneamento que tanta falta faz às populações.”. E continua reportando-se à intervenção anterior, para dizer que o PSD faria certamente diferente, porque fariam as obras em 2017, lá para setembro ou outubro, com adjudicações por ajuste direto e com as somas mínimas do que é permitido por lei, para não ter que haver concursos públicos. Volta à questão da dívida do município e destaca o trabalho em prol da sua redução, que em dois anos o executivo conseguiu, percentualmente, abater mais do dobro do que aquela dívida reduzida nos últimos dez anos. Conclui enaltecendo o que tem sido feito, especialmente o que mudou em relação ao executivo anterior: “lançavam obras uns meses antes das eleições, de forma a ludibriar o eleitorado sampedrense, que deu uma resposta em contrário nas últimas eleições autárquicas e que eu tenho a certeza absoluta que continuará a dar nas próximas eleições.”. Em resposta ao solicitado pelo presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões, o Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o pavilhão multiusos vai ser uma realidade, porque, em princípio, o concurso até à cobertura será lançado em finais de janeiro: “o pavilhão será feito por duas fases: a primeira, até à cobertura; a segunda fase, no ano seguinte, é para acabar o resto.”. Depois, sobre o jardim do

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Largo do Calvário, considerou tratar-se de uma obra necessária e que a Câmara Municipal queria fazer, mas explicou que, apesar da necessidade, foi também preciso deslocar meios e recursos para outros pontos do concelho, sendo que o dinheiro não chegou para tudo e que, portanto, foi preciso definir opções, com as preferências, por agora, a passarem pelo saneamento, acrescentando que o saneamento, em Santa Cruz da Trapa, vai avançar. Em seguida, mencionou que: “Quando referiu que via a ETAR do Sobral e a ETAR de Mosteirinho, isso acontece porque esses projetos já estão concluídos e já se sabe o orçamento para eles, mas, as outras, como não têm os projetos prontos, não se sabe o montante que cada uma delas irá custar, vão entrar todas no mesmo pacote para depois se jogar com o orçamento em função do gasto de cada uma.”; e em Santa Cruz da Trapa estamos a falar em cinco ETAR’s.”. Depois fala que no caso das Chousas existe outra particularidade, porque a Câmara anterior andou a colocar redes de esgotos e, agora, estão sem saber, por enquanto, para onde lançar: se para o lado direito da estrada, se para o lado esquerdo, inclusive que estão sujeitos a não ter seguimento nenhum. Continua: “Quando se começa a fazer as coisas ao contrário dá nisto... Meus senhores, nós, neste momento, ainda não temos terreno nas Chousas, não sabemos onde conseguiremos comprar um terreno, mas o saneamento já lá foi colocado, ou seja, as tubagens já lá foram colocadas.”. Em resposta ao solicitado pelo presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, o Presidente da Câmara Municipal confirmou que se pretende proceder a uma intervenção no parque industrial: “existem lá dois terrenos que fazem parte do espaço verde daquela mesma urbanização do parque industrial, sendo que nós, na verdade, estamos a tentar reformular aquele espaço, criando seis lotes, de forma que se torna necessário mexer no PDM, porque é o PDM que está a impedir que o projeto avance já, assim como é o PDM que está a complicar a vida em Pindelo dos Milagres.”. Em resposta ao solicitado pelo presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, o Presidente da Câmara Municipal, sobre o orçamento participativo, considerou que se tratou de uma aposta ganha, com uma participação superior a 1500 votantes, havendo freguesias que se envolveram mais, enquanto outras se envolveram menos. Depois, em relação à associação de Carvalhais com o Covelo, esclarece que é simples: “Nós não queremos abrir um concurso apenas para Carvalhais ou apenas para o Covelo, queremos entrar em lotes, sendo que, provavelmente, Sobral e Mosteirinho poderão entrar no lote, as de Santa Cruz da Trapa poderão entrar todas no mesmo lote, porque, para efeitos de concurso, é mais fácil qualquer empreiteiro fazer várias fossas do que fazer apenas uma.”. Por fim, sobre a estrada de Penso a Passos, declara que essa estrada tem que ser intervencionada, mas que, uma vez mais, tornou-se necessário fazer opções e, não havendo dinheiro para todas as obras, optou-se desta vez por pavimentar a estrada do Moinho de Vento, que é um bairro em Serrazes que tem o acesso em terra batida e que serve cerca de quinze vivendas novas: “então nós fizemos a opção da estrada do Moinho de Vento em detrimento da ligação Penso a Passos, embora reconheça que essa estrada tem que ser intervencionada, inclusive, no primeiro plano de atividades, tínhamos previsto essa estrada, que agora ficou para uma próxima oportunidade.”. Em resposta ao presidente da Junta de Freguesia de S. Félix, o Presidente do executivo camarário concorda que a estrada que vai para a Torre por Vila Nova ou a que vem da Torre por Ranhadinhos são acessos que precisam de uma intervenção, reforçando que são obras para 200 mil euros e, por haver honestidade e seriedade no executivo, não é possível canalizar tantos recursos de uma só vez para S. Félix, mas que é preciso distribuir um pouco por todas as freguesias. Em resposta ao

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

deputado municipal António Lopes Ribeiro, o Presidente da Câmara Municipal, a propósito da expressão “mal faria se esta Câmara Municipal não pagasse dívida, comentou que: “se eu não tivesse abatido seis milhões de euros à dívida, que ainda há pouco tempo era de cinco milhões, mas que provavelmente iremos entrar em janeiro com seis milhões de euros à dívida, eu, se não tivesse abatido essa dívida, teria feito muito mais obra.”. E esclarece que se trata de opções: “com o abatimento dessa dívida, conseguimos ter obras mais baratas, porque conseguimos fazer com que os empreiteiros façam obras mais baratas; conseguimos pagar aos nossos fornecedores a 60 dias, ao contrário do que acontecia no passado, que era aos duzentos e tais dias... e com os fornecedores a baterem à porta dos elementos da Câmara Municipal para lhes pagarem.”. Refere que é uma questão de boa gestão. E concluiu: “primeiro acertamos as contas da casa, agora vamos começar a fazer as obras.”. E ainda acrescentou que qualquer pessoa podia “fazer diferente”, que é normal a diferença no agir. Em resposta aos comentários do deputado municipal André Matias, o Presidente da Câmara Municipal corroborou as palavras proferidas: “Não contem connosco para fazer obras de última hora; não contem comigo para andar a alcatroar estradas de noite e em vésperas de eleições.”. Esclareceu que as obras serão feitas ao longo dos anos. Depois, em sentido geral, de acordo com a acusação de falta de estratégia, o Presidente da Câmara Municipal comentou que a estratégia espelha-se no plano de atividades apresentado: “Estamos a falar na construção de uma ciclovía; estamos a falar na reconstrução do balneário romano; estamos a falar na requalificação de toda a zona serrana, nomeadamente na serra do S. Macário; estamos a falar no circuito pedonal que há-de ligar as Termas a S. Pedro do Sul numa fase final, mas que numa fase inicial vai até Drizes... E tudo com o sentido de promovermos o turismo em S. Pedro do Sul, porque, não havendo grande indústria em S. Pedro do Sul e não se prevendo, no futuro próximo, que industriais façam grandes investimentos na zona do interior, a verdade é que nós tencionamos desenvolver o turismo no nosso concelho.”. E continuou: “Falo-lhes agora na aquisição do terreno do parque das Nogueiras, onde queremos alargar o espaço que temos para jardim público e para que os munícipes possam desfrutar do melhor que têm, ou seja, pretendemos virar o nosso concelho para o rio, porque até aqui o município de S. Pedro do Sul esteve sempre de costas viradas para o rio. E, como nós nos preocupamos com o rio, estamos com os projetos das ETAR’s e com o saneamento.”. Lamentou-se que ainda existam freguesias sem qualquer saneamento: Figueiredo de Alva, Vila Maior, S. Félix, S. Martinho das Moitas, Carvalhais, Bordonhos... E considerou que as obras do saneamento vão consumir vastos recursos à autarquia, mas que não admite que em pleno século XXI se continuem a poluir os rios e as nascentes de água, acrescentando que, com a construção das novas ETAR’s, se vai despoluir, quase por completo, todo o rio Vouga, nomeadamente entre a zona de Pinho e a zona do Vau. E conclui dizendo que são estes os objetivos e a estratégia da Câmara Municipal, que se encontra a trilhar o bom caminho. O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix (PSD) voltou a intervir, no sentido do presidente do executivo municipal repensar uma intervenção na estrada de Vila Nova, aquando das obras de repavimentação na chamada estrada dos Povos do Alto, que passa em três freguesias: S. Pedro do Sul, S. Félix e Pinho. Esclarece que no atual projeto fica apenas uma rua por alcatroar: a rua que passa em Vila Nova, no lugar onde se colocou a tubagem do saneamento. E solicita que se alcatroe esse troço da rua, porque o valor não é exagerado e vai beneficiar vários moradores e passantes. Pede, igualmente, que se pavimente a rua do Aído de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cima, na ligação a Vila Maior. Em resposta ao presidente da Junta de Freguesia de S. Félix, o Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) pediu a palavra e deu alguma razão ao seu homólogo de S. Félix, salientando que a rua de Vila Nova se encontra em melhores condições do que a grande maioria dos arruamentos da freguesia de Vila Maior: “eu ainda tenho 12 ou 13 habitações com acessos em terra; eu tenho 10 ruas em antiga calçada à portuguesa...”. E concluiu para dizer que, em 2009, a anterior Câmara, em vésperas de eleições, mandou a empresa Paviameis limpar desde Goja até ao cruzamento da Torre, preparar tudo para colocar o tapete, sendo que, passados oito dias, as máquinas foram embora, regressando apenas em 2011, quando a anterior Câmara mandou colocar finalmente o tapete desde Goja à sede da Junta de Freguesia: “Agora, se esta Câmara fizer outro troço até ao cruzamento da Torre já é bom; depois, se calhar no próximo ano, fará o resto.”. O Vereador Pedro Mouro, em uso da palavra, aproveitou para deixar algumas considerações e esclarecimentos em relação à discussão do plano de atividades e orçamento para 2016, começando por elucidar sobre as dúvidas surgidas entre o “definido e o não definido”, dizendo que havia duas opções para a elaboração do orçamento: “Algumas Câmaras foram prudentes e optaram por elaborar o orçamento com aquilo que podiam contar, ignorando por enquanto o programa Portugal 2020, porque não sabem se vão ter disponibilização de verbas em 2016 [...]; outras Câmaras optaram por colocar, sendo que nós optamos por colocar, mas de uma forma diferente.”. E continua a explicação: “A nossa Câmara Municipal, em condições normais, sem fundos comunitários, executa em termos reais, na totalidade, 14 a 15 milhões de euros por ano; e sem apoios comunitários consegue libertar não mais de 2 a 3 milhões de euros para investimentos, isto não aumentando a dívida, assim temos aqui três tipos de investimentos para 2016: temos aquelas obras que nos comprometemos a realizar, independentemente de terem financiamento ou não, aquelas que fazemos no tal bodo dos 2 a 3 milhões de euros que todos os anos orçamentamos; temos aquelas obras que nós já sabemos que vamos ter financiamento garantido, mas que não sabemos se já vem em 2016, que são aquelas obras que constam do pacto assinado na CIM, com principal destaque para as ruínas romanas, mas mesmo estas não sabemos qual o valor que vamos ter que pagar da parte não comparticipada, e as obras na área da educação, com a requalificação de três escolas do 1º ciclo, e ainda o financiamento garantido que temos para a construção da ETAR; e temos todas as outras obras que constam em processos de candidatura ou que nem sequer os regulamentos para essas candidaturas abriram, como é o caso dos parques industriais, sobretudo a requalificação do parque industrial, do parque da cidade e um conjunto de outras situações, cujas candidaturas ainda não abriram, mas que sabemos que vão abrir.”. Em seguida, sobre a abertura de um gabinete de apoio ao agricultor, questão levantada pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, o senhor vice-presidente esclareceu que existe já uma candidatura e que essa já está feita, que orça os 500 mil euros, contudo ainda não se encontra aprovada. Acrescenta que o gabinete ao agricultor servirá sobretudo para dois aspetos: “Sem nos querermos substituir a outras entidades ou serviços do Estado, queremos ser parceiros a ajudar e a encaminhar os nossos agricultores para essas instituições; e por outro lado, queremos dinamizar todos os nossos produtos locais de relevo para os colocarmos à venda, não apenas nos mercados locais, mas também nos mercados regionais e nacionais. Assim, a candidatura prevê a criação de uma marca de produtos locais, em que todos os produtos locais que tenham qualidade e que sejam certificados com essa marca,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tenham embalagens próprias, tenham uma política de marketing própria e que os produtos de S. Pedro do Sul possam chegar a outros mercados: o mel, o feijão, a maçã, o próprio mirtilo, o vinho, o cabrito, a vitela...”. E concluiu com a afirmação que as festas de promoção desses produtos são para continuar, anunciando, nos dias 19 a 23 de Dezembro, um grande evento de Natal para as crianças, os idosos e para promoção de todos os produtos locais, com a televisão em direto desde as 14 horas até às 20 horas (programa da TVI). Avança e reporta-se à questão levantada sobre os salários, considerando que, se forem repostos os salários com a base salarial existente em 2011, o impacto com os custos de pessoal da Câmara Municipal será muito significativo, porque são suportados pelo orçamento camarário e ninguém vai dar mais dinheiro para isso, de forma que, o valor apresentado no orçamento de 2016, onde estimamos uma redução com os custos de pessoal, pode na prática sofrer um aumento em face das reposições salariais. Em seguida, sobre o orçamento participativo, mais concretamente acerca da votação, o senhor vice-presidente mencionou que os serviços camarários estão a proceder à verificação das contagens: no caso da votação online e no caso da votação presencial, contando apresentar os resultados até ao final da semana. Continuou e aproveitou para tecer algumas apreciações gerais em torno do orçamento, de forma a prestar algumas notas informativas: “O orçamento do ano passado andava na ordem dos 17 milhões de euros e este ano é de 20 milhões de euros, porque prevemos já aqui acomodar alguns valores para o próximo ano vindos dos fundos comunitários, apesar disso não ser absolutamente certo; o orçamento foi sempre baixando para valores mais realistas, mas este ano há já uma inversão, porque estamos a contar, sobretudo, com o valor da ETAR, o valor da requalificação das ruínas romanas, que nos fazem subir os valores de investimento; temos aqui um grande peso das transferências do Estado, dos impostos diretos, do IMI, que tem um grande peso nas receitas da Câmara Municipal e, com a redução dos coeficientes de localização, estamos a assumir um grande risco, mas fazemo-lo porque achamos injusto que as pessoas estejam a pagar IMI sobre um valor patrimonial que não tem esse valor no mercado.”. De acordo ainda com a redução das receitas através da alteração dos coeficientes de localização para o IMI, esclarece: “É verdade que tínhamos que maximizar as receitas do PAEL, só que, neste caso, como a decisão não é da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal, mas sim é da tal comissão e da autoridade tributária, nós não temos qualquer tipo de problema para acomodar esses valores.”. Passa a destacar a redução anual com os custos de pessoal, aquisição de bens e serviços e com o pagamento de juros, considerando que é positivo porque permite libertar verbas para outros fins. Reforça o equilíbrio conseguido entre a receita e a despesa, apesar do custo com o pessoal ser elevado em função do orçamento total da Câmara Municipal. E, enfim, aborda a questão dos “financiamentos definidos e financiamentos não definidos”, referindo que, à cautela, colocaram alguns investimentos distribuídos por 2017, 2018 e 2019, porque algumas dessas obras vão prolongar-se ao longo do tempo em termos de execução. E concluiu com a disponibilidade em fazer chegar aos senhores deputados municipais um resumo do orçamento. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **24 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo em substituição de Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Francisco Pinto Duarte em substituição de Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), **7 votos contra** dos deputados municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD) e Manuel Augusto Almeida Leitão (PSD), e **2 abstenções** dos deputados municipais Manuel Monteiro Casais (PSD) e António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), **aprovar** a proposta mencionada em título. -----

3.8 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS”;-----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.9 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, PARA UM LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL - COVEIRO”;-----

O Vereador Pedro Mouro referiu que: “É a primeira contratação deste executivo e justifica-se pela necessidade, porque desde que o cemitério da Pedreira abriu nunca teve um coveiro afeto, o que tem provocado alguns constrangimentos e algumas críticas.”. Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.10 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2016”;-----

O Vereador Pedro Mouro explicou: “O empréstimo a curto prazo é já tradicional acontecer, mas nós temos conseguido baixar, de ano para ano, o valor: começamos com 850 mil euros, no ano passado foi 650 mil euros e a proposta que agora fazemos é para 600 mil euros, sendo que, além do valor ser menor, o spread aplicado é substancialmente menor, aliás, penso que foi distribuído



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o quadro com as propostas que concorreram e com a proposta que ganhou, que apresentou um spread de 0,77, portanto com condições perfeitamente vantajosas.”. Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.11 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA A COBRAR EM 2016”;-----

O Deputado Municipal José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), evocou a sua coerência para justificar o seu voto contra, uma vez que a zona industrial se localiza em Bordonhos e esta tem uma grande relação com a freguesia e com os empresários. A Deputada Municipal Maria Paula A. M. Carvalho Correia dos Santos (PSD), em uso da palavra, aproveitou para deixar uma pequena observação e solicitar um esclarecimento: “Relativamente à derrama, o senhor presidente da Câmara Municipal, enquanto presidente que foi da Junta, foi um adepto fervoroso de acabar com a derrama. E eu pedia um esclarecimento, porque, no ano passado, justificou a razão da derrama ainda ter vindo a sede de Assembleia: fundos disponíveis, dívidas e outras coisas... E queria perguntar se para o ano já cá não vem a derrama, para ser coerente e porque apregoa que é diferente, por isso queria ver essa diferença.”. Em resposta à deputada municipal, o Presidente da Câmara Municipal esclareceu: “Sabe, é a troika. É que S. Pedro do Sul está debaixo da troika dos municípios. Infelizmente o nosso município aderiu à troika que se chama PAEL e, como tal, não podemos perder receitas, e é por isso que a derrama vem aqui, porque, se fosse por minha vontade, claro que não viria.”. E ainda elucidou: “Estamos a falar em poucas pessoas ou em poucas empresas a pagar derrama, se calhar são umas 10. E, José Luís Morujão, ao contrário do que poderá pensar, se calhar, no parque industrial do Alto do Barro, tirando a Perfisa que paga, não sei se haverão lá outros a pagar.”. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **22 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), José Luís Gaspar Campos (PSD), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo em substituição de Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Francisco Pinto Duarte em substituição de Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), **9 votos contra** dos deputados municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), Manuel Monteiro Casais

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

(PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD) e Manuel Augusto Almeida Leitão (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD) e José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) e **1 abstenção** do deputado municipal Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) **aprovar** a proposta mencionada em título. -----

3.12 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “PARTICIPAÇÃO NO IRS PARA 2016”; -----

O Vereador Pedro Mouro pediu a palavra para lançar uma observação: “Eu agradeço, em nome da tesouraria da Câmara Municipal, o facto de todos terem votado a favor, mas não podia deixar de dizer que existe aqui alguma incoerência: primeiro, vieram aqui defender a redução do IMI para beneficiar as famílias, porque as outras Câmaras Municipais faziam isso; depois, com a derrama, porque é preciso ajudar as empresas; agora, chegam aqui ao IRS, e porque têm a possibilidade de reduzir de 5% para 0%, e porque as outras Câmaras não fizeram, também não querem fazer.”. Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

3.13 – CONSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA REATIVAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA; -----

O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) interveio para considerar que o Conselho Municipal de Segurança é um instrumento que deve existir, porque é para o bem coletivo e, porque, no corrente ano, saiu legislação que enquadra o funcionamento desse Conselho. Agora, uma vez existirem alterações à legislação, o regulamento existente tem que ser adequado à lei vigente, portanto informa haver um documento base, saído dos serviços camarários, que carece de ser completado e atualizado face aos normativos vigentes. Assim, propõe que seja constituído um grupo de trabalho, composto por duas pessoas: um representante da bancada parlamentar do PS e um representante da bancada parlamentar do PSD. Informa que a bancada do PS já indicou um seu membro para a comissão, que é o senhor deputado municipal Custódio Rocha, e pede à bancada do PSD que proceda da mesma forma, se estiver de acordo, para que o trabalho seja feito e o Conselho possa entrar em funcionamento. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) interveio para se manifestar de acordo com a proposta e indicar como representante do PSD na comissão a Deputada Municipal Mónica Almeida. Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o grupo de trabalho proposto. -----

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação, em minuta, do ponto 3.3 ao ponto 3.13 tendo os membros da Assembleia Municipal concordado, por unanimidade.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 13h00, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Presidente e pelos Secretários da Mesa.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,